

Paula Johns

Evento da Assembleia Geral da ONU - Década de Ação sobre Nutrição

A importância da experiência do Brasil para a Década de Ação sobre Nutrição (2016-2025)

Estou muito satisfeita por compartilhar minhas considerações sobre as políticas e regulamentações de alimentação e nutrição do Brasil. Acredito que nossa experiência no Brasil é extremamente relevante para outros países do hemisfério sul que, como nós, estão em grau maior ou menor lutando contra uma ou diversas formas de má nutrição.

Existem vários pontos importantes na abordagem do Brasil para enfrentar a subnutrição, o sobrepeso e a obesidade, as deficiências de micronutrientes e as doenças crônicas não-transmissíveis: 1) o direito humano a uma alimentação adequada e saudável, 2) uma abordagem considerando todo o sistema de produção e o mercado de alimentos para enfrentar a má nutrição em todas as suas formas e, por último, 3) a importância da participação da sociedade civil e do controle social.

Com relação aos dois primeiros pontos (o direito humano a uma alimentação adequada e saudável e a importância de uma abordagem que considera todo o sistema de alimentação para a segurança alimentar e nutricional):

O Brasil obteve êxitos na luta contra a subnutrição através de políticas públicas visando populações carentes com foco em uma distribuição de renda mais igualitária e maior acesso aos serviços públicos (imunização, saneamento, pré-natal e saúde materna). Entretanto, logo aprendemos que isso não era suficiente para combater as altas taxas de sobrepeso e obesidade e DCNTs relacionadas à nutrição. Da mesma forma, aprendemos que um afastamento das dietas tradicionais baseadas em alimentos e refeições (comida de verdade) e a epidemia resultante de sobrepeso, obesidade e DCNTs não serão evitados se focarmos somente em reformulação, auto-regulamentação de marketing e políticas fiscais não orientadas para a saúde, ou mesmo em diretrizes alimentares baseadas puramente em nutrientes.

Em vez disso, o que percebemos foi que é necessária uma abordagem integrada de políticas para a agricultura, alimentos e nutrição, saúde pública e serviços sociais. Entre outras intervenções, isso inclui:

- Diretrizes alimentares baseadas em alimentos que não levam em conta apenas as necessidades nutricionais, mas também os aspectos sociais e culturais da alimentação saudável e uma ênfase em alimentos frescos e minimamente processados;
- Programas escolares de alimentação e compra pública de alimentos saudáveis e produzidos localmente com o objetivo de proteger os pequenos produtores, muitos dos quais são mulheres;
- Por fim (e devo dizer que esse item ainda não foi atingido e é, na verdade, uma prioridade do trabalho de muitos defensores da saúde pública de toda a América Latina), restrições na publicidade de alimentos e bebidas não-saudáveis, rótulos frontais transparentes e precisos, impostos sobre alimentos ultraprocessados e a reavaliação de subsídios para a agricultura.

Enfim, meu terceiro ponto se refere a mecanismos de prestação de contas e governança:

Em 2003, foi estabelecido no Brasil um mecanismo oficial sob liderança da presidência – o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. É importante ressaltar que dois terços dos representantes desse conselho são da sociedade civil, e o terço restante vem de ministérios do governo. O conselho propõe políticas e programas e tem um papel fundamental no monitoramento de sua implementação – um dos principais fatores responsáveis pela redução das taxas de baixo crescimento para a idade de 55% para 6% em todas as regiões do país – desde a abastada região Sul até o carente Nordeste.

Eu acredito que a Década de Ação pode de fato se tornar um marco para a nutrição e o desenvolvimento humano sustentável se conseguirmos coletivamente olhar além da nutrição, do sobrepeso e obesidade e suas soluções tecnológicas como questões separadas.

Deixem-me finalizar com uma nota pessoal. Como produtora de orgânicos de pequena escala, minha opinião pessoal é que enquanto for mais barato e lucrativo produzir e vender alimentos ultraprocessados em vez de alimentos reais e saudáveis que não poluem o ar, a água ou o solo e não prejudicam a saúde de produtores e consumidores, será impossível alcançar uma segurança alimentar e nutricional verdadeira e sustentável. Por isso, eu peço a todos os países membros, ao sistema da ONU e a todos nós da comunidade de alimentação e nutrição que adotem uma abordagem que integre políticas públicas com todo o sistema de alimentação e com foco nas pessoas e no planeta.